

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO X

HOMENAGEM AO DOUTOR DAMIÃO PERES



COIMBRA / 1962

D. Luís da Cunha e a Carta da África Meridional de Bourguignon D'Anville (1725)*

Em 1722 foi publicada em Paris a importante dissertação que Guillaume Delisle lera em 27 de Novembro de 1720 na Academia Real das Ciências, intitulada «Determinação geográfica da situação e da extensão das diferentes partes da Terra». Baseando-se em recentes determinações de longitudes por observações das ocultações de um satélite de Júpiter, mostrava Delisle no seu trabalho que o nordeste brasileiro e as ilhas de Cabo Verde se encontravam excessivamente aproximados em longitude nas cartas da época. O erro seria de perto de seis graus, o que equivalia a fazer passar nessas cartas o meridiano divisório de Tordesilhas por uma zona da América do Sul a cerca de seiscentos quilómetros a ocidente do que devia ser.

O alarme provocado na corte portuguesa por tal dissertação levou D. João V a impulsionar o desenvolvimento dos estudos geográficos e da cartografia em Portugal, como magistralmente demonstrou Jaime Cortesão C¹). Para esse efeito, logo em 1722 recebeu o embaixador português na corte da França, D. Luís da Cunha, instruções para entrar em contacto com Delisle. Pouco depois, essas instruções alargavam-se no sentido de proceder à encomenda e aquisição de instrumentos astronómicos, do que foi especialmente encarregado, em 1725, o geógrafo Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, então apenas com 28 anos de idade e que iria ser o maior geógrafo do século XVIII.

Os objectivos de D. João V com tais medidas visavam esenci al -

(*) Estudo feito sob os auspícios do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar.

X¹) *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, 195,2-4.

mente a América do Sul, mais D. Luís da Cunha soube aproveitar-se da circunstancia para, por sua iniciativa, encarregar D'Anville de estudar os fundamentos geográficos de um projecto que lhe era especialmente caro, a travessia entre Angola e Moçambique. (Esse estudo foi efectuado precisamente em 1725.

No decorrer de pesquisas em curso, com vista a um trabalho de síntese sobre a história da cartografia da África Central, verificámos que o projecto de D. Luís da Cunha e o estudo de D'Anvil'Le desempenharam um importante papel na evolução cartográfica :e nos planos de travessia do continente durante o século XVIII. Embora essas pesquisas ainda não tenham chegado ao termo, parece-nos de interesse divulgar desde já, muito resumidamente, alguns dos resultados obtidos.

**AS INSTRUÇÕES DE D. LUÍS DA CUNHA
A MARCO ANTÔNIO DE AZEVEDO COUTINHO**

Como é sabido, estas Instruções foram redigidas por D. Luís da Cunha em 1736, com o propósito de as enviar a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, sucessor do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Diogo de Mendonça Corte Real. Desistindo do intento, D. Luís da Cunha veio afinal a remetê-las ao seu sobrinho D. Luís da Cunha Manuel. Delas se conhecem várias cópias, uma das quais, pertencente ao Dr. Silva Amado, foi publicada por Pedro de Azevedo e Antônio Baião (2).

No corpo destas Instruções, refere-se a D. Luís da Cunha por duas vezes ao projecto da travessia de África e à colaboração que lhe prestara D'Anville no seu estudo (3). No seu entender, essa travessia devia ser confiada à Companhia de Comércio da Índia e África, cuja criação advoga calorosamente:

«... tornando ao meu propósito da criação da Companhia, a sexta utilidade que sua Magestade dela devia tirar, seria que ela

(2) *Instruções inéditas de D. Luís da Cunha a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, revistas por Pedro de Azevedo e prefaciadas por Antônio Baião, Academia das Ciên/cias de Lisboa, 1930.*

(3) *Ob. cit., pp. 154-5, 181-2.*

mesma por segurança e maior facilidade do seu comércio trabalharia para abrir um caminho entre Angola e Moçambique, sem ser necessário dobrar o perigoso Cabo da Doa Esperança, de que fiz um projecto com Mr. D'An ville, geógrafo de El-R ei de França, o qual ofereci a Sua (Mages-tade por .mãos do Conde de Tarouoa, que dele desejou encarregar-se, quando passou por Paris, recolhendo-se para Lisboa; porque ia com ideia de entrar no Conselho Ultramarino, mas -nunca tive notícia do uso que ele fez do tal projecto e por isso o ajunto a este papel.

Deste descobrimento, que me pareceu praticável, à vista do mapa que fez o dito geógrafo, se seguiria a sétima e grande utilidade, a saber, que a Companhia tiraria sem comparação pelos Rios de Sena muito mais ouro do que se costuma, porque, segundo a comum opinião, Sofala era o Ofir, de que fala a Escritura, e que daili tirava Salomão a grande utilidade e quantidade, que nos representa; e também resgataria -muito maior número de dentes de maiifim...».

«... Como vulgarmente dizemos servindo-nos do provérbio espanhol: *Cada loco con su tema, yo con la mia*, esta é, segundo já disse, a da criação de uma companhia da índia e África, porque não so sustentariamos o que ainda- temos naquelas duas partes do mundo, mas talvez restaurariamos o que perdemos, e fariamos novos descobrimentos. Já apontei o de abrir a comunicação entre Angola e Moçambique, que V. Ex.^a achará por apêndice no fim deste papel com o seu mapa particular, por se acaso o Conde de Tarouca nunca o produziu. Bem vejo que este descobrimento não nos pouparia a perigosa navegação do Cabo da Boa Esperança para o Comércio das grossas fazendas que navegamos para a índia; mas o trânsito que proponho, sempre daria grande comodidade para levar as drogas necessárias para negociar com aqueles cafres o couro e marfim de que têm tanta abundância».

No final das Instruções, diz D. Luís da Cunha juntar-lhes, como apêndice, «o projecto de que falei, com a carta, que escrevi ao Exmo. Cardeal da Cunha, porque tem o -mesmo objecto de se poder aumentar o comércio de Portugal, que já se não pode estender, senão pelo que de novo se descobrir».

Nesse apêndice, com o título «Carta. 1725», explica D. Luís da Cunha como lhe nasceu a ideia:

«... me pareceu que no caso de se poder ahrir o caminho de urna e outra costa siria o comércio mais estendido, ficariam os estabelecimentos mais seguros pelos recíprocos socorros que se poderiam dar e se pouparia a perigosa navegação de dobrar o Cabo da Boa Esperança para irmos a Sofala e Rios de Sena».

Referindo-se depois à colaboração que lhe deu D'Anvil'le:

«E comunicando esta minha ideia a Mr. Danville, geógrafo ordinário de El-Rei de França, lhe pareceu não ser impossível, quanto mais que pelo estudo que tinha feito sobre a extensão daquele país, supunha que era muito menor do que a que lhe davam os mais geógrafos...

Nesta vista trabalhou Mr. Danville em fazer um mapa daquela parte da África mais correcto, de ponto mais largo e mais compreensível para o nosso objecto, ajuntando-lhe para maior clareza uma memória em que mostra que os estabelecimentos portuguezes da parte de Angola e de Moçambique o pod eriam fa cili tar ».

Advoga D. Luís da Cunha que, para a realização da travessia, se deviam organizar duas expedições partindo, ao encontro uma da outra, dos pontos extremos atingidos no Quanza (Ilhas Quindangas) e no Zambeze (Sacumbe), e ocupa-se da extensão da parte desconhecida a percorrer:

«A respeito da distância que pode haver entre os confins do Reino de Angola e o de Monomotapa, a fim de atravessar este país desconhecido e estabelecer a comunicação, não é possível dizer-se precisamente qual ela possa ser. Contudo, Mr. Danville na representação do seu mapa, só faz um ponto capital de buscar a verdadeira largura daquela parte de África, e depois de empregar todas as operações que podiam contribuir para este efeito, supõe que tal distância não pode exceder a cem léguas portuguezas, bem entendido em linha direita por ser necessário que haja

•mais pelas voltas que se deverão fazer, principalmente quando pela primeira vez se 'trata de se franquear um novo caminho. Também tem por coisa 'certa que a distâmoia ignorada ou o caminho que resta por descobrir não é a terça parte do espaço que se contém entre uma e outra costa, podendo caminhar-se o resto pelas terras frequentadas e sujeitas aos portugueses».

E a concluir:

«Supõe-se que o Reino da Butua se estende desde os confins de Angola até aos confins de Monomotapa e que nele há muito gado e minas de oiro, como mais largamente se vê na memória de Mr. Danville, o qual crê que um semelhante descobrimento convidará aos portugueses a empreenderem a navegação do grande lago, que começa junto de Maravi, 60 léguas ao norte de Tete, sobre cujas circunstâncias se alarga na sua memória, e é evidente que pelo, lago se poderia abrir uma comunicação com todas as partes que estão no coração da África. De sorte que em consequência dos tais estabelecimentos, que se fariam no mesmo tempo que se executasse a comunicação das duas costas, a nação portuguesa estenderia o seu comércio e a sua dominação em toda a Etiopia, desde a Abissínia até ao Cabo da Boa Esperança» (4).

Verifica-se, portanto, que D'Anville escreveu uma memória especial sobre o assunto, e traçou um mapa que é nela descrito. Nem uma nem outro se continham na cópia das «Instruções» pertencente ao Dr. Silva Amado, ou, se lá se encontravam, não foram publicados por Pedro de Azevedo e António Baião. Deles nos vamos ocupar seguidamente.

(4) *Ob. cit.*, pp. 220-5.

**A «MÉMOIRE OÙ L'ON TRAITE DE LA COMMUNICATION
D'UN CÔTÉ DE L'AFRIQUE À L'AUTRE»,
DE BORGUIONON D'ANVILLE**

No Arquivo da Casa Palmeia localizámos uma outra cópia das «Instruções» de D. Luís da Cunha, adquirida no século passado no leilão da Casa Castelo-Melhor ⁽⁵⁾. Nesta cópia, a seguir ao apêndice «Carta. 1726», encontra-se a memória do geógrafo francês referida nas passagens anteriormente transcritas de D. Luís da Cunha. Dada a sua extensão (90 páginas), não nos é possível dar aqui mais que umas breves notas, reservando o seu estudo adequado para trabalho em que se faça a sua reprodução integral, como mierece.

Ao título geral «Description Géographique de l'Afrique», segue-se o sub-título «Mémoire où Ton traite de la communication d'un côté de l'Afrique à l'autre» (6 pp.). Ai se diz que, com o fim de estudar esta comunicação, foi organizada por D'Anville uma grande e pormenorizada carta da África ao sul do equador. A penetração dos portugueses no Quanza seria de 100 léguas, até às ilhas Quindangas, e no Zambeze atingiria 150 léguas, até ao reino de Sacumbe; faltaria aos portugueses percorrer o máximo de 100 léguas entre estes pontos, ou seja um terço da distância entre as duas costas. Verifica-se portanto completa semelhança com as ideias expressas por D. Luís da Cunha no «Apêndice» das «Instruções».

Seguem-se 81 pp. com a «Description Géographique de la partie d'Afrique située au sud de la Ligne Equinoxiale, et représentée dans la Carte dressée par ordre et conformément au dessein de Son Excellence Mr. D. Luís da Cunha Embassadeur de Portugal». Deduz-se que o geógrafo francês começou por elaborar uma carta da costa recorrendo a cartas hidrográficas holandesas e à carta de João Teixeira I de 1649 que Melchisédec Thévenot havia publicado em 1663 no livro «Relations de divers voyages curieux» ⁽⁶⁾. A des-

⁽⁵⁾ N.º T08 do *Catalogo dos preciosos manuscritos da bibliotheca da Casa dos Marquezes de Castello Melhor, Lisboa, 1878.*

⁽⁶⁾ Localizámos o original em pergaminho da carta de João Teixeira de 1649, actualmente na *Bibliothèque Nationale de Paris (Dépôt. 213.3.2)* (V. A. Cortesão e A. Teixeira da Moita, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. IV, pp. 147-9, Pl. 513 e 515),

crição de D'Anville baseia-se nas cartas e livros do seu tempo (entre estes cita a «Etiópia Oriental» de Frei João dos Santos). Segundo ele, a Butua seria um extenso reino que se estenderia desde o Monounotapa até aos confins de Angola, e percorrê-la-ia um grande rio, que seria o Cúneme. Propõe também D'Anville (de acordo com o que já vimos no apêndice das «Instruções» de D. Luís da Cunha) que se proceda à exploração do lago Maravi, que se estenderia desde 60 léguas ao norte de Tete até à latitude de Mombaça. Refere D'Anville ainda uma memória que se propunha submeter à Academia Real de Portugal e em que identificava a lendária Ofir com o Monte Fura (actual Mt. Darwin, Rodésia do Sul), e termina de maneira significativa :

«C'est ainsi que j'ai cru devoir écrire sur la Carte que j'ai dressée. J'avais pensé qu'il convenait de rendre compte des connoissances sur lesquelles j'ai en même temps suppléé à la Carte en plusieurs choses, et la rendre (*sic*) plus intéressante: j'ai cru encore qu'un mémoire jointe davantage à la recherche des connoissances qui servirent (*sic*) nécessaires pour rendre un pareille ouvrage plus parfait et plus utile: heureux, si en travaillant par vos ordres et sur les... d'un grand et habile Ministre, j'ai réussi dans une occasion, ou j'ai été animé par le puissant motif de plaire à un grand Roi infiniment éclairé, et qui contribue si fort au progrès des Sciences, par la protection dont il les honore».

A esta Descrição, seguem-se 3 pp. de «Remarques de M. D. sur le projet géographique», contendo indicações de distancias e de minas de ouro e de prata, e conselhos sobre a maneira de efectuar a travessia (7).

(7)Na Sociedade de Geografia de Lisboa existem duas memórias de D'Anville, manuscritas, que são aparentemente semelhantes à que vem no códice da Ca9a Palmeia. Uma delas tem aspecto de ser autógrafa, o que não nos foi dado ainda comprovar, e constitui legado do Almirante Gago Coutinho.

**A CARTA DA ÁFRICA MERIDIONAL
DE BORGUIGNON D'ANVILLE, 1725**

Como se verifica dos trechos atrás transcritos das «Instruções», D. Luís da Cunha entregou uma cópia do mapa de D'Anville ao Conde de Tarouca e enviou outra a D. Luís da Cunha Manuel. Não vimos até agora nenhuma cópia desta carta manuscrita, mas pudemos identificar os quatro desenhos parciais, da mão do próprio D'Anville, que serviram para organizar tal carta geral.

Encontram-se eles na preciosa «Colecção D'Anville» actualmente na Bibliothéque National de Paris, com as cotas «Ge DD 29-87, n.ºs 8255, 82*69, 8322, 8323», tendo dois deles uma anotação de Barbié du Bocage dizendo tratar-se de autógrafos de D'Anville. Abrangem, em conjunto, a África ao sul do equador, não tendo nenhum deles data. Um tem o Congo, Angola e Benguela até ao Cabo Negro, outro o traçado desde o Cabo Negro até à Baía de Lourenço Marques, outro a região desde aí até ao Cabo Delgado, e o quarto continua este até ao equador (figuras 1 a 4). Todos os desenhos têm uma quadrícula a lápis, sinal de que dJles foram tiradas cópias.

O minucioso estudo comprovativo entre a nomenclatura e traçado destas cartas e a nomenclatura e descrição da memória de D'Anville não deixa margem a dúvidas, tão perfeita é a concordância. Trata-se incontestavelmente dos desenhos originais elaborados para a carta da África meridional de 1725. Esta conclusão é comprovada pela análise da «Carte de l'Ethiopie Orientale située sur la Mer des Indes entre le Cap Gaurdafouin & le Cap de Bonne Esperance, dressée sur les meilleurs Mémoires, principalement sur ceux des Portugais, par le Sr. D'Anville, Géographe Ord.^{re} du Roi, Août 1727», publicada no livro «Voyage historique d'Abyssinie, du R. P. Jérôme Lobo», que Le Grand editou em Paris em 1728 (figura 5). Nesta carta gravada a representação do Lago Maravi e da Zambézia e Monomotapa é exactamente igual à que se vê no conjunto das duas últimas cartas manuscritas referida acima. A carta de 1727 abrange ainda os extremos dos Rios Cunene, Quanza e Cuango e certos pormenores compreendidos entre eles, incluindo as *Ilhas Quidangas (sic)*, também precisamente como se vê na carta manuS'Crita de Angola. A distância entre estas ilhas e o Reino de Sacumbe,

medida na -escala de léguas portuguesas (pormenor significativo) da carta gravada, é de 115 léguas, e na memória descritiva vimos que D'An ville diz ser essa distância de cerca de 100 léguas.

As quatro cartas manuscritas e a carta gravada de 1727 dão-nos portanto uma imagem precisa do que se continha na perdida carta geral entregue a D. Luís da Cunha.

**INFLUÊNCIAS DO PROJECTO DE D. LUÍS DA CUNHA
E DA MEMÓRIA E CARTA DE D'ANVILLE NOS PLANOS
SOBRE A TRAVESSIA ENTRE ANGOLA E MOÇAMBIQUE
DURANTE O SÉCULO XVIII**

É sabido que as «Instruções» de D. Luís da Cunha, tendo como apêndice a memória e carta de D* An ville, circularam em Portugal durante o século XVIII, tendo influido nomeadamente na política pombalina. Não é de estranhar, por isso, que o seu projecto de travessia do continente (associado à ideia de uma companhia de comércio) e as bases geográficas e cartográficas estabelecidas por D'Anville, tenham exercido larga influência entre algumas personalidades ligadas ao ultramar, pelo século XVIII fora.

Poucos anos depois de efectuar este trabalho para D. Luís da Cunha, organizou D'Anville novas cartas da mesma região, para ilustrar a «Relation historique de l'Ethiopie Occidentale», publicada em Paris em 173-2 pelo P. J. B. Labat. Trata-se de três cartas, datadas de Setembro de 1731, Novembro de 1731 e Janeiro de 1732, contendo uma representação já bastante mais aperfeiçoada (sobretudo no que respeita ao Congo-Angola-Benguela) do que a que se vê nas cartas de 1725 e 1727 anteriormente referidas. A distância entre os confins de Angola e de Moçambique é agora de 160 léguas, enquanto na de 1727 é de 115 léguas. É esta nova representação que figura na carta geral de África, publicada em 1749 por D'Anville, uma das obras primas da cartografia africana. Tal representação não foi superada, em cartas impressas, até cerca de 1830.

É significativo que ao longo do século XVIII os portugueses que se ocuparam do problema da travessia se tenham baseado na memória e carta de D'Anville de 1725 e não nos trabalhos mais perfeitos posteriores a 1731; isto revela a difusão que tiveram as

«Instruções» de D. Luís da Cunha e a consideração que mereceram, como se verifica de alguns exemplos dados a seguir.

Em carta de 4 de Dezembro de 1754, remetida de Luanda a Diogo de Mendonça Corte Real, o Governador de Angola, D. António Alvares da Cunha, sobrinho de D. Luís da Cunha, participava o seu propósito de abrir o caminho para Moçambique, começando nos seguintes termos:

«No ano de 1726 escreveu meu tio o Embaixador D. Luís da Cunha, como memória da ideia que formava para se poder abrir comunicação entre as costas ocidental e oriental nesta parte da África, e por ordem sua fez Mr. d'Anville geógrafo ordinário de El-Rei de França uma carta de ponto largo deste continente, e para maior clareza desta lhe ajuntou uma descrição geográfica na qual mostra que os estabelecimentos dos Portugueses em Angola e no Monomotapa podem facilitar este projecto...»

/Dentro destes propósitos, enviou D. António Alvares da Cunha, como exploradores, Manuel Córrela Leitão e António Francisco Grizante, em 1756, chegando eles até à residência do Jaga Cassange, perto do Cuango, e observando o último as latitudes de vários lugares.

Suspensa esta expedição, por ordem da metrópole, o governador seguinte, António de Vasconcelos, informou mal do projecto, entendendo que se devia intentar a travessia a partir do Reino de Benguela, pois por aí seria mais curto o caminho, não havendo mais de cem léguas entre Caconda e a Butua ⁽⁸⁾. Embora referindo-se a pontos diferentes, esta distância de 100 léguas aparece com frequência noutros documentos setecentistas, e é claramente baseada na memória e carta de 1726 de D'Anville.

As ideias de D. Luís da Cunha e de D'Anville inspiraram grandemente os projectos de ligação das duas costas de D. Francisco

⁽⁸⁾ Os documentos relativos às ideias destes dois governadores e o relato da viagem -ao /Cassange podem ver-se no *Arquivo das Colónias*, Vol. I, pp. 40-3 e 49-53, Lisboa 1917, e em Gastão de Sousa Dias, *Uma viagem a Cassange nos meados do século XVIII*, in *Boi. Soc. Geogr. Lisboa*, ser. 56, nos. 1-2, pp. 3-30, Jan-iFev. 1938.

Inocêncio de 'Sousa Coutinho, o grande governador de Angola, que advoga da mesma maneira a constituição de uma Companhia de Comércio da Ásia e África. Revela conhecer as «Instruções» de D. Luís da Cunha («Porém, não obstante que esta ideia foi já do grande D. Luís da Cunha, reputando-a em uma Memória que fez ...», — documento de 1755) e considera igualmente que dos confins de Angola aos de Moçambique não iam mais de 100 léguas ⁽⁹⁾.

Ao findar o século, ID. Rodrigo de iSousa Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar, intentou realizar as ideias de travessia do seu ilustre pai, enviando as suas memórias a informar para Angola e Moçambique. Foi nestas condições que o governador de Angola, D. Miguel António de Melo, escreveu ao ministro, em 8 de Março de 1800, uma interessante carta, da qual não resistimos a transcrever um significativo trecho:

'«Recorrendo à origem de semelhante Projecto, acho que ele vem de meditações políticas que animaram e frutificaram leituras de Histórias de Viagens a que D. Luís da Cunha, estando em Paris por Embaixador do Senhor Rei Dom João o 5.º junto à Magestade Cristianissima de El-Rei de França Luís 15 no ano de 1745 por d es enfadamento se entregou, as quais o dito Embaixador por não perder ocasião alguma, como costumava, de fazer ao seu Príncipe bons serviços, avisando-o de tudo quanto até muito remotamente pudesse vir a ser a seu Real Estado útil, participou em uma carta daquele mesmo ano [deve ser 1725] de que tenho cópia, ao Conselheiro de Estado, e Cardeal da Santa Igreja Romana, Nuno da Cunha e Ataíde, para que a levasse à Real Presença do Monarca, a quem ambos serviam e de quem eram vassallos. A esta carta ajuntou o dito Embaixador, para maior notícia do Projecto, e para que com ela se pudesse averiguar se era útil e se era possível realizá-lo, uma Memória e uma Carta Geográfica feita por João Baptista Bourguignon d'Anville, Geógrafo de El-Rei Cristianissimo de

⁽⁹⁾ **As memórias de D. Francisco Inocencio de Sousa Coutinho vêm publicadas nos Vols. I e IV dos *Arquivos de Angola*, Luanda 1935 e 1939, e extractadas, na parte que aqui interessa, a pp. 21-'6 de Lacerda e Almeida, *Travessia da África*, edição de Manuel Múrias, Lisboa 1936.**

grande fama, que não tenho visto e que talvez já não apareça. Todo o fim do Projecto é evitar a navegação do Cabo da Boa Esperança, e converter o ouro e riquezas que ora saiem pela Costa Oriental da África para a Ocidental. Supõem-se para isto por certo, ou por muito prováveis, vantagens que o dito Embaixador nomeia, e que d'Anville inculcou por conjecturas de Filósofo, e não por certeza fisica da sua existência, as quais escuso referir, porque na dita carta se podem ler, bastando-me certificar a V. Exa. que a mai cr parte das ditas conjecturas umas são falsas e outras não itenho meios para me desenganar se o são...» (10).

Como deixámos comprovado, a Memória e Carta Geográfica de Bourguignon d'Anville encomendadas por D. 'Luís da Cunha em 1725 não se devem mais considerar perdidas, ao contrário do que receou D. Miguel António de Melo (11).

A. TEIXEIRA DA MOTA

(10) Publicada na íntegra in *Angola — Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*, de Alfredo de Albuquerque Fedner, Voil. I, pp. 243-7, Lisboa 194-0.

(11) O Sr. -Dr. Luís Ferrand de 'Almeida teve a atenção de nos indicar vários passos de documentos inéditos de D. Luís da Cunha em que ele se refere ao seu projecto de travessia da África e colaboração de 'D'An ville. Em trabalho mais desenvolvido nos ocuparemos deles.

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

